



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

PRINCIPAIS INICIATIVAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO HISTÓRICO

Dyele Maria Sousa da costa (UEMASUL) – dyele2010@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre todo o percurso que tem sido feito com relação à história da educação da primeira infância (0 a 6 anos) no Brasil. A história da educação infantil é marcada por fortes contradições no qual vem se relacionar no papel do qual as mulheres assumiram diante da sociedade e suas repercussões no âmbito familiar, principalmente no cuidado e educação dos filhos. Refletir sobre a educação infantil no Brasil implica em retomar o debate sobre as políticas educacionais que sempre foram escassas no que se refere ao atendimento da criança de 0 a 6 anos de idade. Com recortes históricos entre séculos XIX e século XX podemos analisar a educação enquanto política social foi escolhida pelos teóricos como o elemento de suma importância para uma sociedade assim como para a formação humana para atuar no mercado competitivo. Dialogando com as ideias com alguns autores como Kulmann Jr. (1998, 2001), Kramer (2001), Kishimoto (1988), dentre outros autores compreende-se que dos quais discutem de forma significativa sobre o mesmo. O método utilizado para a pesquisa foi de caráter bibliográfico a educação infantil nem sempre teve um lugar de destaque na formação da criança pequena. Surgiu como uma instituição assistencial que vinha com objetivo de suprir as necessidades da criança e de ocupar, em muitos aspectos o lugar da família, conclui-se por fim que a educação no Brasil tem toda uma trajetória da qual podemos perceber as diferentes concepções do que se refere às instituições para o atendimento da infância com pauta na educação. A história da educação infantil vem nos trazer revelações sobre as constantes lutas durante suas trajetórias para a elite tida como uma única finalidade que era a educativa priorizando apenas o desenvolvimento da criança, para a classe de povo popular era distinta apenas como uma educação moral os desafios para o século XXI é enorme, sendo que de tais são as principais como ampliar fortemente o acesso e melhorar a qualidade do atendimento, visando, sobretudo a garantido direito a educação de milhares das crianças brasileiras.

Palavras-chave: Educação. Criança. História da Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que foi um marco importante para a história quando podemos ver as conquistas sociais que foram alcançadas, tendo em vista a representação das creches no Brasil ou até mesmo os dias atuais é destinada exclusivamente para as camadas mais populares.

Kishimoto (1988), nos fala que as escolas de maternais surgiram na França em 1848, com o objetivo na época era substituir o termo sala de asilo e alterar a proposta de



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

atendimento para as crianças pobres. As escolas de maternal deveria ser instituição com a proposta froebeliana, ao contrário do que se vinha sendo realizado, atendimento precário e cansativos exercícios de escrita para as crianças. A primeira escola maternal brasileira é criada em São Paulo, em 1908, com o objetivo de atender os filhos dos operários.

Creches nos meados do século XVIII tinham o objetivo apenas de atender as crianças que eram abandonadas pelos familiares, creches eram espaços de sentido de assistencialismo para atender as mães que precisavam ir trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos.

Previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua realidade e a não se sentirem resignadas em sua condição social. (KULHMANN, 1998, p. 183).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) sancionada em dezembro de 1996, referenda o exposto na Constituição de 1988. Define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, sendo ela com a finalidade de desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, cuja função específica é o cuidar e o educar de forma integrada. Sendo assim, a criança como sujeito de direitos a um desenvolvimento integral, portanto, a educação desde o nascimento, necessita de uma estrutura social ampla complementada à ação da família. A referida lei também estabelece que a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. Segundo Kuhlmann Jr,

O sistema Froebel não é exclusivamente pedagógico, pois se implanta em instituições sociais e culturais, e as demais instituições também não deixam de ser pensadas a partir de ideias pedagógicas. A interpretação que acompanha a história da educação infantil, de que as instituições para crianças pobres, como creches e salas de asilos, tiveram uma identidade e uma trajetória distinta do jardim-de-infância com um caráter exclusivamente assistencial, distante de preocupações educacionais, desconsidera inúmeras evidências das inter-relações que produziram entre elas (KUHLMANN JR, 2010, p.25).

Antes a educação infantil era compreendida como algo para dar assistência para as famílias que eram da população de baixa renda ao longo do tempo vêm sendo modificada essa ideia de que creches são espaços apenas para cuidados e assistência revendo concepções em



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*
21 a 24 de maio | 2019
Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil

espaços de creches, fazendo com que passe a compreender que é lugar para as crianças desenvolverem conhecimentos e habilidades.

[...] a criança participa ativamente de seu desenvolvimento, por meio de suas relações com o ambiente físico e social e, [...] principalmente, por meio de suas interações com adultos e demais crianças [...]. A criança explora, descobre e inicia ações em seu ambiente; selecionam parceiros, objetos e -reais para suas atividades, mudando o ambiente através de seus comportamentos. (CAMPOS DE CARVALHO, 1998, p. 126).

A partir disto teria que haver diferentes ambientes para que proporcione diferentes experiências e interações no Brasil compreendem educação infantil as idades de zero a cinco anos e o direito a infância é um ato recente, “decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Ocorre o crescimento das cidades localizadas nas regiões ricas, pela migração das áreas mais pobres que buscavam trabalho e melhores condições de vida” Sanches, (2003, p. 63). Para o referido autor, as creches não tinham como objetivo o ato de educar, apenas o assistencialismo, pois serviam para cuidar das crianças enquanto os pais iam trabalhar.

2 HISTÓRIA DA INFÂNCIA

A história da infância consiste a partir de um conceito do qual até o século XII ou XIII, criança não era vista com o mesmo sinônimo que é visto nos dias atuais, fragilidades e sim apenas como uma projeção de adulto em tamanho menor, fazendo com que o bem-estar dos filhos ainda não era prioridade para os pais.

Coerência, portanto que a origem das creches é marcada por uma imagem de exclusão e discriminatória, podendo ela ser considerada apenas como mais um equipamento destinada aos pobres, no contexto brasileiro a criança, até os anos finais da década de 1980, nunca foi objeto de cuidado e educação por parte do Estado e preciso pontuar que quando houve atendimento, foi sob uma mera figura de assistencialismo e não por direito.

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras. (ARIÉS, 1981, p.36)

Vale se ressaltar ainda que às crianças que eram da parte da elite, as mesmas eram educadas em instituições denominadas “jardins de infância” e escolas maternais



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

consideradas o símbolo do progresso na Europa, cujo seu termo pedagógico era amplamente utilizado nos discursos, o que as diferenciava de asilos e das creches populares. “A difusão das instituições associava-se umbilicalmente à ideia de sociedade moderna e civilizada, à ideologia do progresso” (KULHMANN JR. 1998). A educação deveria preparar “cidadãos” para o Estado moderno, cuja ideologia predominante era a da liberdade e igualdade dos indivíduos, porém, de formas contraditória e excludente as crianças das classes populares nunca foram alvos de políticas públicas amplas que promovessem esta liberdade e igualdade propugnadas, neste sentido não tem como pensarmos em progresso.

Kramer (2001, p. 19) afirma que, “a ideia de infância existiu sempre nem tampouco da mesma maneira, ela emerge com a sociedade capitalista urbano-industrial, na medida em que mudam o papel e a inserção social da criança na comunidade”.

As tais carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguiam oferecer condições o suficiente para um bom desenvolvimento escolar onde faz com que seus filhos repitam o ano. Faltava-lhes os requisitos tidos como básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessários para garantir seu sucesso escolar. E a pré-escola irá suprir essas carências. Contudo, essas pré-escolas não possuíam um caráter formal, pois não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico sério.

A mão-de-obra, que ajudava nas pré-escolas, muitas das vezes, exercida por pessoas que eram voluntárias que logo rapidamente acabavam desistiam desse trabalho, “A difusão das instituições associava-se umbilicalmente à ideia de sociedade moderna e civilizada, à ideologia do progresso” (KULHMANN JR. 1998). Diante disto a educação para muitos era entendida apenas para preparar cidadãos, apesar de que sociedade queria poder predominar a liberdade e a igualdade entre os indivíduos que nela conviviam.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2.1 História da infância no Brasil

É considerada um marco, tendo em vista as modificações políticas, econômicas e sociais. As mudanças que ocorreram nessa época foram determinantes para a reorganização do aparelho estatal. O aumento e diversificação da produção industrial provocaram o surgimento de novos grupos econômicos como a nova burguesia urbano industrial, em substituição ao modelo de coronelismo. A ampliação da classe média, a crescente urbanização e o surgimento de um proletariado industrial oriundo da zona rural são marcos importantes na nova configuração da sociedade. Segundo KRAMER,

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças (1987, p. 23).

Em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Segundo KUHLMANN JUNIOR,

O Referencial Curricular Nacional terá um grande impacto. A ampla distribuição de centenas de milhares de exemplares às pessoas que trabalham com esse nível educacional mostra o poder econômico do Ministério da Educação e seus interesses políticos, muito mais voltados para futuros resultados eleitorais do que preocupados com a triste realidade das nossas crianças e instituições. Com isso, a expressão no singular – referencial – significa, de fato, a concretização de uma proposta que se torna hegemônica, como se fosse única (2003, p.52).

O RCNEI é um documento que sofreu várias críticas a respeito de sua construção, pois a proposta para educação infantil deve ser construída pelos seus sujeitos. O Referencial, em sua introdução deixa claro seu objetivo:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam mover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (1998, p.13).

As creches no Brasil surgem para colaborar com o aprendizado de crianças, partindo para a Constituição vem a definição em 1988 definiu a creche e a pré-escola como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço.

A grande marca do século XX, em termos de políticas de atendimento à faixa infantil, no Brasil, foi o conjunto desses fatores que desencadeou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a Educação



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, sob mesmo ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, (1990) destaca, também, o direito da criança a esse atendimento a educação infantil.

3 CONCLUSÃO

Enquanto educador da infância, todos o professor deve ter seu olhar e consciência do seu trabalho enquanto função social, fazendo com que haja a valorização da infância, fazendo com que as crianças reconheçam suas diferentes fases e maneiras de aprender fazendo adequação compatível com aquele momento que a criança está descobrindo. A pré-escola, não deve ser, mas pensada como um lugar apenas para cuidados básicos ou até mesmo de higiene, ou como algo que está preparando ela para o ensino fundamental menor, deve-se preparar esta criança para ser um cidadão participativo e consciente dentro das sociedades onde vivem.

Vendo sobre o direito da criança à creche, observamos que este é fruto de uma construção social e histórica, pois de acordo com os estudos aqui analisados, a proposição de que as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família, ou da mãe trabalhadora, para se tornar um direito da criança, não são direitos incompatíveis, nem tão pouco as instituições educacionais um direito natural, mas sim uma conquista.

[...]As principais políticas para a educação e cuidado infantil não podem, porém ser reduzidas a uma ajuda aos que necessitam, a uma educação para a submissão e exclusão, pois essas políticas podem colaborar para a construção de uma cidadania assistida e tutelada. Elas devem ter como objetivo a promoção da autonomia e o exercício da cidadania, para que esta seja responsável e competente. Uma educação de qualidade como um direito é o instrumento básico para alcançar esses objetivos. A educação e o cuidado infantil devem ser propostos como meio de inclusão social, oferecendo condições que permitam a construção de uma cidadania emancipada (ROSSSETTI-FERREIRA et al, 2002, p. 90).

Fazendo assim a entende que a criança diante da sociedade merece respeito que deve ser entendida como crianças que no futuro serão adultos democráticos fazendo com que a especificidade da Educação Infantil tenha o cuidado e atenção necessária para que seja notada dentro da educação da criança de zero a seis anos de forma integrada numa perspectiva ampla em suas dimensões afetivas, cognitivas, motoras e sociais tendo isto ficado explícito no texto da LDB/96. Nesta perspectiva, subjaz a ideia de que a educação infantil, do nasciment



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

o ao seu ingresso no ensino fundamental, deve ser organizada segundo o processo contínuo e global de desenvolvimento e aprendizagem da criança sendo que o cuidar e o educar são processos complementares no atendimento das crianças de zero a seis anos. Neste sentido, não se concebe a ausência de recursos para atender a estes sujeitos, nem tampouco, o desrespeito para a sua singularidade e necessidades, matriculando-a mais cedo no ensino fundamental.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the whole course that has been done in relation to the history of early childhood education (0 to 6 years) in Brazil. The history of early childhood education is marked by strong contradictions in which it relates to the role of women in society and its repercussions in the family, especially in the care and education of children. Reflecting on the education of children in Brazil implies retaking the debate about educational policies that have always been scarce with regard to the care of children from 0 to 6 years of age. With historical cuts between the nineteenth and twentieth centuries we can analyze education as a social policy was chosen by theorists as the element of utmost importance for a society as well as for human training to act in the competitive market. Dialoging ideas with some authors such as Kuhlmann Jr. (1998, 2001), Kramer (2001), Kishimoto (1988), among other authors understand that of which they discuss in a significant way about the same. The method used for the research was of a bibliographical character and the child education did not always have a prominent place in the formation of the small child. It emerged as an assistance institution that came to meet the needs of the child and to occupy, in many aspects, the place of the family, it is concluded at last that education in Brazil has a whole trajectory from which we can perceive the different conceptions of what refers to institutions for the care of children with a role in education. The history of early childhood education brings us revelations about the struggles during its trajectories to the elite held as a single purpose that was the educational prioritizing only the development of the child, for the popular people class was distinguished only as a moral education the challenges for the twenty-first century is enormous, being that of such are the main ones how to greatly increase access and improve the quality of care, aiming, above all, to guarantee the right to education of thousands of Brazilian children.

Keywords: Education. Kid. History of Early Childhood Education.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal 1996.

CAMPOS DE CARVALHO, M. I. & RUBIANO, M. R.B (1998) **Rede Social de Crianças Pequenas em Creche: análise por proximidade física e atividade compartilhada**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 3ªed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KULHMANN Jr, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Educando a infância brasileira**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes de Faria. VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. **As políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, mar., 2002, nº 115, p. 65-101.

SANCHES, E. C. **Creche: realidade e ambiguidades**. São Paulo: Vozes, 2003.